

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS
GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2023

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

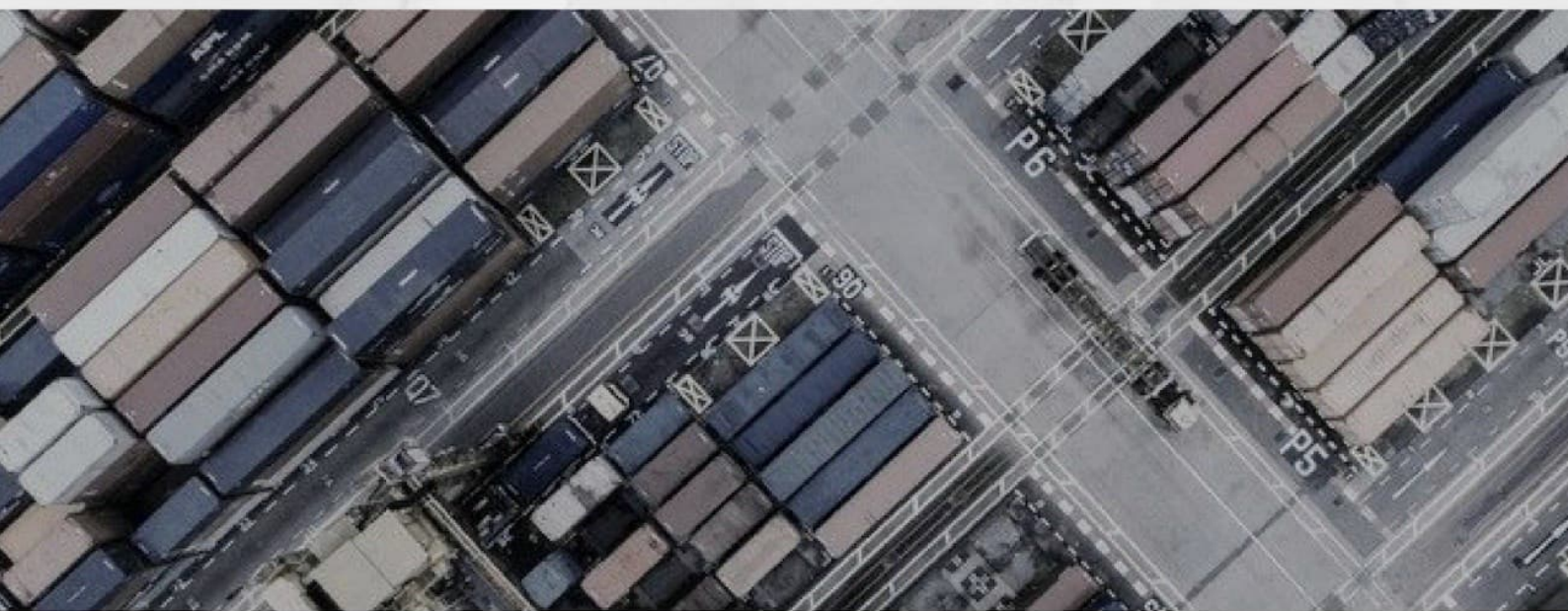
Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



abgf

Agência Brasileira Gestora de
Fundos Garantidores e Garantias S.A.



Relatório de Administração

1º Semestre de 2023

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2023

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 1º SEMESTRE DE 2023

Ao Acionista,

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A - ABGF apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis como forma de estreitar o seu relacionamento com a sociedade, por meio da divulgação de suas atividades e resultados, materializando o compromisso com a transparência e a prestação de contas.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30/06/2023, preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as exigências da Lei das Sociedades por Ações e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Diretoria Executiva da ABGF

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2023

1 Apresentação

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma empresa pública da União, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por objeto a constituição, a administração, a gestão e a representação de fundos garantidores e a execução de todos os serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação (SCE), inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979.

A estrutura de governança corporativa está organizada em dois pilares de sustentação, sendo um orientado para gestão corporativa e o outro para fiscalização e controle, sendo composta pela Assembleia Geral de Acionistas e os seguintes entes estatutários, na forma do art. 16 do Estatuto Social da Companhia: Conselho de Administração, Diretoria-Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. A ABGF conta, ainda, em sua estrutura corporativa com a Auditoria Interna e a Auditoria Independente.



A Assembleia Geral de Acionista é órgão máximo da ABGF, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto. A União é a única acionista da Empresa e é representada nas assembleias pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que atua seguindo as orientações do Governo Federal, sendo que os trabalhos da Assembleia Geral são dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Substituto que este vier a designar.

O Conselho de Administração é o órgão colegiado responsável pela orientação geral de negócios ao decidir sobre os rumos estratégicos da ABGF. Além de definir as

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2023

diretrizes estratégicas, é o guardião do sistema de governança da ABGF. Cabe ainda, a este Conselho a avaliação quanto ao atingimento das metas e resultados da Empresa na execução do seu plano de negócios e planejamento estratégico.

A Diretoria-Executiva é o órgão responsável pela administração da Companhia, cabendo-lhe cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, as decisões e a orientação geral dos negócios emanadas pelo Conselho de Administração, de forma a garantir o funcionamento da ABGF. As decisões da Diretoria Executiva buscam convergir as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração com o objetivo de gerar valor e garantir a sustentabilidade da ABGF.

O Conselho Fiscal é um órgão permanente de fiscalização da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Empresa. Vinculado diretamente à Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho Fiscal tem um papel relevante na fiscalização independente dos atos da gestão.

O Conselho de Administração conta com dois comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria e o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e das auditorias interna e independente.

O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração assessora os acionistas e o Conselho de Administração nos processos de indicação, de avaliação, de sucessão e remuneração de conselheiros, dirigentes e integrantes do Comitê de Auditoria. Esse processo de eleição está em consonância com os requisitos de transparência, melhores práticas de governança e a regulamentação aplicável, notadamente quanto aos dispositivos previstos na Lei nº 13.303/2016.

A ABGF conta ainda, com Auditoria Interna, responsável por avaliar a adequabilidade do controle interno e do gerenciamento de riscos, Auditoria Independente contratada para examinar e opinar sobre as demonstrações contábeis e financeiras da ABGF.

No âmbito da ABGF, duas áreas mantêm o sistema de governança: a Gerência Executiva de Governança e a Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2023

A Gerência Executiva de Governança atua no assessoramento aos órgãos estatutários, visando promover o funcionamento institucional, manter a padronização da gestão, além de promover a disseminação das decisões e resoluções dos órgãos colegiados, assegurando transparência e prestação de contas às partes interessadas.

A Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade, como parte integrante do sistema de controles internos, atua no estabelecimento de instrumentos, visando à conformidade dos processos e ao cumprimento das normas internas e externas e institui mecanismos para o gerenciamento dos riscos corporativos.

Em 10.04.2023, foi publicado o Decreto nº 11.478, de 06.04.2023, o qual exclui a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) do Programa Nacional de Desestatização (PND) e revoga sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI).

Desta forma, a ABGF pode realizar suas atividades com mais liberdade de atuação, como assinatura de contratos superiores a três meses, bem como buscar novos negócios, de forma a contribuir para a execução de políticas públicas.

2 Informações Relativas ao 1º semestre de 2023

2.1 Operações da companhia

A ABGF, no cumprimento de seu objeto, administra o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), efetua a gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) e presta serviços para a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SE-CAMEX) para a execução de todos os serviços relacionados ao Seguro de Crédito às Exportações (SCE) ao amparo do Fundo Garantidor de Exportação (FGE).

Considerando o direcionamento estratégico da ABGF, o Conselho de Administração, em cumprimento às orientações da União, emitidas pelo Ministério Supervisor, orientará a destinação das linhas de negócio quanto a sua gestão.

2.1.1 Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE

O FGIE é um fundo de natureza privada, tem patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e da Administradora, está sujeito a direitos e obrigações próprias, não conta com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do poder público

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2023

e responde por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes do seu patrimônio.

O Fundo foi constituído em 28 de novembro de 2014 pela ABGF, em conformidade com o art. 33 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e tem por finalidade garantir, direta ou indiretamente, quaisquer riscos relacionados às operações de que trata o §7º, do mencionado artigo, inclusive não gerenciáveis relacionados a concessões, observadas as condições e formas previstas no Estatuto do Fundo.

Encontra-se vigente a garantia prestada pelo FGIE, com previsão de conclusão em 2044, à Parceria Pública Privada firmada pelo município de Salto, no Estado de São Paulo e a Empresa CSO Ambiental de Salto SPE S/A, para prestação de serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos. O limite de cobertura, observadas as condições da garantia, é de R\$ 6.179.615,40 (seis milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quinze reais e quarenta centavos). No primeiro semestre de 2023, a ABGF realizou o acompanhamento da garantia certificando-se que os aportes de responsabilidade do parceiro público foram realizados.

Atualmente, de acordo com o Decreto nº 10.918, de 29/12/2021, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável – FDIRS, criado a partir da reestruturação do FGIE, **a ABGF não está autorizada a contratar novas operações amparadas no FGIE** além daquelas em curso em 19/05/2021.

Em vista disso, em 2023, não foram analisados novos projetos de infraestrutura para garantia do FGIE.

Em 30 de junho de 2023, o Patrimônio Líquido do FGIE era da ordem de R\$ 925,1 milhões. A ABGF permanece prestando serviços de administração do FGIE, até que ocorra a regulamentação do novo Fundo, situação que poderá ser alterada ainda no ano em curso.

2.1.2 Seguro de Crédito à Exportação – SCE

A ABGF presta serviços para a União, representada pela Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SE-CAMEX), na execução dos serviços de SCE previstos na Lei nº 6.704/1979 e cobertos com recursos do FGE, fundo este de natureza contábil, cujos recursos integram a conta única do Tesouro Nacional. Os serviços prestados pela ABGF incluem análise, acompanhamento, monitoramento, gestão dos riscos e

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2023

das coberturas de seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE em operações com prazo superior a dois anos, denominadas de Médio e Longo Prazo (MLP), bem como gestão de sinistros dessas operações.

O Contrato de Prestação de Serviços com a União teve sua vigência encerrada em 30.04.2023 e até o final do primeiro semestre a formalização do novo contrato está nos ajustes finais para assinatura entre a ABGF e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

2.1.3 Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – FESR

O FESR, criado por meio do Decreto-Lei nº 73/1966, tem por finalidade manter e garantir o equilíbrio das operações do seguro rural no país, bem como atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe inerentes às atividades rurais.

Desde julho de 2015, a ABGF é encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural até a completa liquidação das obrigações do Fundo, conforme previsto na Lei 13.195, de 25.11.2015, que alterou a Lei 12.712, de 30.08.2012.

Em 12 de junho de 2017, foi publicado o Decreto nº 9078, que dispõe sobre a remuneração da ABGF pela gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, resultando na obtenção de receita, a partir de 13 de julho de 2017, pela ABGF.

Por meio da Resolução CNSP nº 404/2021, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) dispõe sobre o FESR, quanto a sua finalidade e modalidades que podem ser objeto de cobertura pelo Fundo, a saber: (i) seguro agrícola; (ii) seguro pecuário; (iii) seguro aquícola; (iv) seguro de florestas e (v) seguro de penhor rural.

O exercício social do FESR, de acordo com a citada Resolução, é de 1º de janeiro até 31 de dezembro do mesmo ano.

Em 22.03.2021, foi publicada a Portaria nº 759, de 22.03.2021, do Ministério da Economia, com vistas a centralização e liberação das fontes de recursos oriundos do superávit financeiro dos fundos públicos do Poder Executivo Federal destinado à amortização da Dívida Pública da União, objeto da qual resultou na transferência de R\$ 3.639.457.859,56 (três bilhões, seiscentos e trinta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) sendo R\$ 3.639.457.859,56 transferidos em 29.03.2021 e o restante R\$ 797.887,73 (setecentos e noventa e sete mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e três

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2023

centavos) transferidos em 15.10.2021, do FESR para a União, o que impactará os resultados financeiros do referido Fundo.

Posteriormente, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) publicou a Carta Circular Eletrônica nº 2/2021/DIR1/SUSEP, que estabelece como facultativa a adesão ao FESR para todos os ramos, inclusive o seguro de penhor rural, criando o sub-ramo “Sem Cobertura do FESR” também para essa modalidade, até então considerada obrigatória. Esse novo regramento pode impactar substancialmente o montante de prêmios de seguros emitidos com cobertura do FESR, já que o ramo de Penhor Rural é responsável até então por 60% destes prêmios. Assim, por consequência, a partir de 2022 a remuneração auferida pela ABGF vem sendo impactada negativamente, visto que, conforme Decreto Nº 9.078/2017, ela corresponde a vinte e cinco centésimos por cento da média dos prêmios de seguro emitidos com cobertura pelo FESR nos últimos três exercícios do Fundo.

Em 31 de maio de 2023, finalizados os procedimentos de apuração do FESR pela ABGF, referente ao exercício de 2022, apurou-se o valor de R\$ 59.328.065,11 (cinquenta e nove milhões, trezentos e vinte e oito mil, sessenta e cinco reais e onze centavos) para contribuições das Seguradoras junto ao Fundo e de R\$ 34.829.014,15 (trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quatorze reais e quinze centavos) para as recuperações devidas pelo Fundo às Seguradoras.

Em 30 de junho de 2023, o Patrimônio Líquido do Fundo era de R\$ 350,3 milhões.

2.1.4 Fundo de Indenizações do Seguro Obrigatório de Embarcações

O Fundo FUNDPEM teve sua criação autorizada pela Lei nº 13.313/2016, que alterou as Leis nº 12.712/2012 e 8.374/1991, e é destinado para a cobertura de indenizações por morte ou por invalidez permanente, bem como das despesas de assistência médica e suplementares, causadas exclusivamente por acidentes com embarcações não identificadas ou que estejam inadimplentes quanto ao pagamento do seguro obrigatório DPEM (Seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por Embarcações ou suas cargas). Nos termos da legislação, as indenizações passam a ser devidas por esse fundo de direito privado, o qual foi constituído pela ABGF em 23 de janeiro de 2018 e é por ela administrado, gerido e representado.

A referida Lei estabelece que o patrimônio do FUNDPEM será formado por parcela dos prêmios arrecadados pelo seguro DPEM, pelo resultado das aplicações financeiras dos seus recursos e por outras fontes definidas pelo CNSP. A Lei define,

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2023

ainda, que o FUNDPEM somente poderá indenizar se houver disponibilidade de recursos gerados pelos prêmios de seguros cobrados pelas seguradoras privadas no DPEM.

A legislação define que o CNSP disporá sobre as obrigações, os prazos para a implementação e a remuneração devida à administradora do fundo. Contudo, deve-se observar que a partir de abril de 2016 o mercado segurador privado deixou de oferecer o seguro DPEM, motivo pelo qual se tornou sem efeito a exigência de sua obrigatoriedade, nos termos do § 3º do art. 14 da Lei nº 8.374/1991, o que impossibilitou a formação do patrimônio do FUNDPEM.

3 Desempenho Econômico-Financeiro

A ABGF, no primeiro semestre de 2023, auferiu receita na prestação de serviços com a administração e gestão do FGIE e do FESR, e na prestação de serviços para a SE-CAMEX, relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparado do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

As receitas com serviços prestados tiveram redução de 23,9%, decorrente, principalmente, do término do contrato de prestação de serviços junto à SE-Camex, que teve seu vencimento em abril/2023.

Apresentamos a seguir a composição do Resultado dos períodos de 2023 e 2022:

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

	1º Sem - 2023	1º Sem - 2022	Var. %
Serviços Prestados	7.998.818	10.510.618	-23,9%
(-) Tributos sobre o Faturamento	(1.139.831)	(1.497.763)	-23,9%
Receita Líquida de Serviços	6.858.987	9.012.855	-23,9%
Resultado Financeiro Líquido	19.143.729	15.410.594	24,2%
RECEITAS TOTAIS	26.002.716	24.423.449	6,5%
(-) Despesas Operacionais	(9.428.421)	(8.999.083)	4,8%
RESULTADO DO PERÍODO (antes de IRPJ e CSLL)	16.574.295	15.424.366	7,5%
IRPJ e CSLL	(4.620.885)	(4.273.010)	8,1%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	11.953.410	11.151.356	7,2%

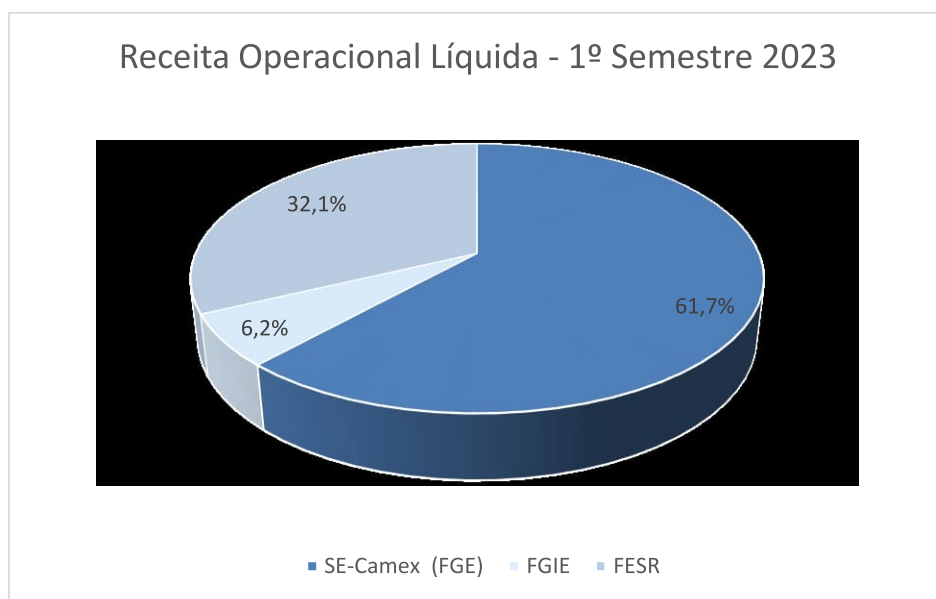
O resultado do primeiro semestre de 2023 foi de R\$ 16,6 milhões, antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social, ante a um resultado de R\$ 15,4 milhões no mesmo período de 2022, com elevação na ordem de 7,5%. Esse resultado foi impactado, principalmente, com aumento do resultado financeiro que teve um acréscimo de em 24,2%, em consequência da elevação da taxa de juros em papéis pós-fixados, base da carteira do Fundo de Investimento Exclusivo mantido junto ao Banco do Brasil.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2023

As despesas operacionais no primeiro semestre de 2023 tiveram acréscimo de 4,8% em relação ao mesmo período de 2022. As despesas com pessoal tiveram um aumento de 6,2%, decorrente da adequação do quadro funcional da Companhia com preenchimento das vagas existentes, aliado ao reajuste salarial concedido em janeiro/2023, data base da categoria dos Securitários.

As despesas administrativas tiveram decréscimo de 14,1% decorrente da redução das contratações e renovações de contratos de serviços tomados e redução de gastos com viagens e representações.

O gráfico a seguir demonstra a composição das receitas operacional líquida com serviços prestados no primeiro semestre de 2023.



O resultado financeiro líquido é apresentado a seguir:

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

	1º Sem - 2023	1º Sem - 2022	Var. %
Rendimentos de aplicações financeiras	19.840.230	15.569.008	27,4%
Juros ativos	263.225	195.659	34,5%
	20.103.455	15.764.667	27,5%
Despesas financeiras	(959.726)	(354.073)	171,1%
Resultado Financeiro líquido	19.143.729	15.410.594	24,2%

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2023

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da Companhia em fundo de investimento administrado pelo Banco do Brasil. O acréscimo de 27,5% (R\$ 15,7 milhões no primeiro semestre de 2022 para R\$ 20,1 milhões no mesmo período em 2023) foi em consequência da elevação da taxa de juros em papéis pós-fixados, base da carteira do Fundo de Investimento Exclusivo mantido junto ao Banco do Brasil.

As Despesas Financeiras decorrem de juros e atualizações das obrigações da Companhia e tiveram acréscimo de 171,1% (R\$ 354,1 mil no primeiro semestre de 2022 para R\$ 959,7 mil no mesmo período em 2023), decorrente, principalmente, da atualização pela SELIC dos valores de dividendos e juros sobre o capital próprio aprovados na Assembleia Geral de março/2023 e atualizados até a data do seu efetivo pagamento em abril/2023.

A eficiência operacional é calculada pela relação entre a despesa operacional e a receita líquida operacional. Eventuais reduções ou incrementos de receitas também devem ser considerados no cálculo. O quadro a seguir demonstra o Índice de Eficiência Operacional do primeiro semestre de 2023 em comparação ao mesmo período do ano anterior:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	1º sem – 2023	1º sem – 2022
Receita Operacional Líquida	6.858,9	9.012,9
Despesa Operacional	8.318,5	8.633,7
INDICADOR REALIZADO	1,21	0,96

Observação: As receitas operacionais estão líquidas das deduções (impostos sobre o faturamento) e não consideram as receitas financeiras. As despesas operacionais excluem os tributos sobre o Lucro, depreciações e tributos sobre a receita financeira.

A Companhia vem buscando alcançar sua sustentabilidade operacional com um esforço contínuo no sentido de reduzir suas despesas com pessoal e contratos a fim de adequar-se à realidade de suas receitas. Dessa forma, no primeiro semestre de 2023, alcançou um índice de Eficiência Operacional de 1,21, em virtude, principalmente, do término do contrato de prestação de serviço de nosso maior cliente. Um novo Contrato está em fase final de negociação, com reequilíbrio econômico dos custos e o preço dos serviços, sendo que a administração entende que até o final do exercício o indicador poderá demonstrar a existência de resultado operacional positivo da Companhia.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2023

4 Ativos da ABGF

No primeiro semestre de 2023, os investimentos em ativos não circulantes da Companhia eram compostos apenas por cotas do Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE, quando as cotas do fundo garantidor pertencentes à ABGF representavam 0,0287% dos ativos totais da Empresa.

O quadro a seguir demonstra a movimentação da participação de propriedade da Companhia em cotas de fundos garantidores.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Investimento	2022	Aportes em 2023	Valorização	Saldo em 2023
FGIE	86.531	-	6.064	92.595
	86.531	-	6.064	92.595

O ativo circulante é basicamente composto por 99,9% dos ativos totais, estão representados por aplicações financeiras (R\$ 308,2 milhões) e títulos e créditos a receber e tributos a recuperar (R\$ 13,8 milhões).

5 Considerações Finais

O Contrato de Prestação de Serviços com a União teve sua vigência encerrada em 30.04.2023, sendo renegociado um novo contrato, o qual está em fase final de negociação.

A ABGF mantém o seu compromisso de manter a sua sustentabilidade econômico-financeira, com foco na governança e na transparência, sustentada nos valores de integridade, eficiência e qualidade, pilares fundamentais para alcance dos objetivos estratégicos da Empresa na geração de valor à sociedade. Para tanto, busca-se o alinhamento e integração com os órgãos do Governo Brasileiro com vistas a contribuir para a execução das políticas públicas relativas à administração de fundos e operacionalização de garantias prestadas com recursos da União, tendo como pressuposto garantir a continuidade e qualidade na execução dos serviços prestados.

OCTAVIO LUIZ
BROMATTI:033329
87801

Assinado de forma digital por
OCTAVIO LUIZ
BROMATTI:03332987801
Dados: 2023.09.05 12:02:41
-03'00'



Documento assinado digitalmente
FABIANO MAIA PEREIRA
Data: 04/09/2023 17:56:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Octávio Luiz Bromatti
Presidente

Fabiano Maia Pereira
Diretor Administrativo e Financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores da
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.
Brasília – DF

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (“ABGF” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. em 30 de junho de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 1º de setembro de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 DF 002567/F

Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 DF 015827/O-3

Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em 30 de junho de 2023



abgf

**Agência Brasileira Gestora de
Fundos Garantidores e Garantias S.A.**

Sumário

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)	7
NOTAS EXPLICATIVAS	8
1 Informações Gerais.....	8
2 Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias	8
3 Práticas Contábeis	10
4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	13
5 Caixa e equivalentes de caixa	13
6 Títulos e Créditos a Receber.....	14
7 Tributos a recuperar /compensar	14
8 Outros créditos	15
9 Despesas Antecipadas.....	15
10 Créditos de Longo Prazo	16
11 Investimentos em Fundos Garantidores	16
12 Ativos Imobilizado e Intangível.....	17
13 Obrigações a Pagar.....	18
14 Impostos e Encargos Sociais a Recolher	18
15 Encargos Trabalhistas.....	19
16 Impostos e Contribuições	19
17 Patrimônio Líquido	20
18 Receita de Serviços e de Operações de Emissão Direta de Garantias.....	21
19 Custos dos Serviços Prestados	22
20 Despesas Administrativas por Natureza.....	22
21 Despesas com Pessoal por Natureza.....	23
22 Partes relacionadas	23
23 Despesas Tributárias	24
24 Resultado Financeiro Líquido	24
25 Compromissos, Responsabilidades e Contingências	25
26 Eventos Subsequentes	25

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	30/06/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		322.395.647	328.915.115
Disponível	5	308.246.305	322.451.130
Caixa e Bancos		4.581	4.435
Equivalentes de Caixa - Investimentos		308.241.724	322.446.695
Títulos e Créditos a Receber		13.835.140	6.348.418
Títulos e Créditos a Receber	6	674.659	2.029.378
Tributos a Recuperar/Compensar	7	12.805.327	4.319.040
Outros Créditos	8	355.154	-
Despesas Antecipadas	9	314.202	115.567
ATIVO NÃO CIRCULANTE		361.263	556.633
Créditos de Longo Prazo		-	25.253
Depósito Judicial	10	-	25.253
Investimentos		92.595	86.531
Investimentos em cotas de fundos garantidores	11	92.595	86.531
Imobilizado	12.1	253.453	413.424
Bens Móveis		171.473	229.522
Outras Imobilizações		81.980	183.902
Intangível	12.2	15.215	31.425
Outros Intangíveis		15.215	31.425
TOTAL DO ATIVO		322.756.910	329.471.748
PASSIVO CIRCULANTE		7.670.076	7.949.802
Contas a Pagar		7.670.076	7.949.802
Obrigações a Pagar	13	396.099	6.238.544
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	14	638.119	523.558
Encargos Trabalhistas	15	1.406.789	986.322
Impostos e Contribuições	16	4.801.547	201.378
Passivos Contingentes	28	427.522	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		14.072	383.990
CONTAS A PAGAR		14.072	383.990
Tributos Diferidos	16	14.072	12.010
Passivos Contingentes	28	-	371.980
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	315.072.762	321.137.956
Capital Social		296.337.788	296.337.788
Reserva Legal		6.754.249	6.754.249
Reserva Especial de Lucros		-	18.022.606
Lucros Acumulados		11.953.410	-
Outros Resultados Abrangentes		27.315	23.313
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		322.756.910	329.471.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em 30 de junho de 2023

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NE	Semestre findo em		Trimestre findo em	
		30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	18	6.858.987	9.012.855	2.367.557	4.495.887
Receitas de Prestação de Serviços		7.998.818	10.510.618	2.760.999	5.243.017
(-) Deduções de Receita de Serviços		(1.139.831)	(1.497.763)	(393.442)	(747.130)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS	19	(7.037.384)	(6.464.303)	(3.914.823)	(3.734.511)
Outros Custos Administrativos	20	(1.071.739)	(1.048.311)	(663.050)	(685.069)
Pessoal	21	(5.965.645)	(5.415.992)	(3.251.773)	(3.049.442)
(=) LUCRO BRUTO DE SERVIÇOS		(178.397)	2.548.552	(1.547.266)	761.376
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(1.411.071)	(1.770.856)	(631.797)	(862.980)
Despesas Administrativas	20	(179.732)	(407.944)	(31.167)	(184.553)
Despesas com Pessoal	21	(1.231.339)	(1.362.912)	(600.630)	(678.427)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	23	(979.966)	(763.924)	(483.233)	(429.962)
(+) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	24	19.143.729	15.410.594	9.549.225	8.480.024
RECEITAS FINANCEIRAS					
Receitas financeiras		20.103.455	15.764.667	9.727.841	8.582.692
DESPESAS FINANCEIRAS					
(-) Despesas financeiras		(959.726)	(354.073)	(178.616)	(102.668)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		16.574.295	15.424.366	6.886.929	7.948.458
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		16.574.295	15.424.366	6.886.929	7.948.458
(-) IMPOSTO DE RENDA	15	(3.378.832)	(3.094.262)	(1.854.795)	(1.594.530)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	(1.242.053)	(1.178.748)	(681.819)	(607.430)
(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		11.953.410	11.151.356	4.350.315	5.746.498
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		50.000	50.000	50.000	50.000
(=) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		239,1	223,0	87,0	114,9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	NE	Semestre findo em		Trimestre findo em	
		30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Lucro Líquido do Período		11.953.410	11.151.356	4.350.315	5.746.498
Outros resultados abrangentes					
Ajuste de Avaliação Patrimonial					
Cotas de Fundos Garantidores	17.d	4.002	3.374	1.541	1.438
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		11.957.412	11.154.730	4.351.856	5.747.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	NE	Capital Social	Reservas			Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Especial	Estatutária			
Saldo final em 31/12/2021		237.370.917	5.489.504	7.776.903	58.966.871	18.279	-	309.622.474
Lucro Líquido do 1º semestre de 2022	17.b	-	-	-	-	-	11.151.356	11.151.356
Destinação do Lucro Líquido do Exercício								
Pagamento de Dividendos Excedente ao Mínimo				(7.776.903)			-	(7.776.903)
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes	17.d	-	-	-	-	3.374	-	3.374
Saldo Final em 30/06/2022		237.370.917	5.489.504	-	58.966.871	21.653	11.151.356	313.000.301
Lucro Líquido do 2º semestre de 2022		-	-	-	-	-	14.143.530	14.143.530
Reversão de Reserva Estatutária ao Patrimônio Líquido		58.966.871	-	-	(58.966.871)	-	-	-
Destinação do Lucro Líquido do Exercício								
Constituição de Reserva Legal		-	1.264.745	-	-	-	(1.264.745)	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(6.007.535)	(6.007.535)
Proposta de Dividendos Excedente ao Mínimo				18.022.606			(18.022.606)	-
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	1.660	-	1.660
Saldo Final em 31/12/2022		296.337.788	6.754.249	18.022.606	-	23.313	-	321.137.956
Lucro Líquido do Período	17.b	-	-	-	-	-	11.953.410	11.953.410
Destinação do Lucro Líquido do Exercício								
Pagamento de Dividendos Excedente ao Mínimo				(18.022.606)			-	(18.022.606)
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes	17.d	-	-	-	-	4.002	-	4.002
Saldo Final em 30/06/2023		296.337.788	6.754.249	-	-	27.315	11.953.410	315.072.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)

	NE	30/06/2023	30/06/2022
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>			
Lucro do Período	17.b	11.953.410	11.151.356
Ajustes para conciliar o Resultado e às Disponibilidades geradas pelas Atividades Operacionais:			
Juros (taxa Selic) sobre dividendos e/ou JCP distribuídos		958.110	354.073
Depreciação/Amortização/Ajuste ao Valor Recuperável	12	191.457	266.061
Resultado ajustado		13.102.977	11.771.490
Variações nos Ativos			
Redução de clientes		1.354.719	(488.142)
Aumento/(Redução) de tributos a Recuperar	7	(8.486.288)	(3.793.377)
Redução de outros Créditos		(528.536)	(442.097)
Variações nos Passivos			
Aumento de Obrigações a Pagar		165.092	228.821
Aumento/(Redução) de Impostos e Encargos Sociais a Recolher		114.561	210.963
Aumento de Encargos Trabalhistas		420.467	445.569
Aumento de Impostos e Contribuições	16	4.600.169	4.313.989
Aumento de Passivos Contingentes		55.542	36.712
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		10.798.703	12.283.928
<u>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</u>			
Aquisição de imobilizado e intangível		(15.277)	-
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	12	(15.277)	-
<u>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</u>			
Dividendos/JCP pagos no exercício		(24.988.251)	(10.723.277)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(24.988.251)	(10.723.277)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(14.204.825)	1.560.651
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		322.451.130	306.257.273
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		308.246.305	307.817.924
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(14.204.825)	1.560.651
<u>Movimentações que não afetam caixa:</u>			
Constituição de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo		2.062	1.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS**1 Informações Gerais**

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma Companhia de capital fechado de direito privado, pública, que atua na forma do art. 38 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, na administração, gestão e representação de fundos garantidores, que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União e na análise da concessão de garantias contra riscos de crédito em operações de crédito à exportação.

No cumprimento de seu objeto, atua na administração, gestão e representação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), promovendo o desenvolvimento por meio de garantias do pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em projetos de Parcerias Público-Privadas Municipal, Estadual e Federal e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), promovendo o equilíbrio das operações do seguro rural do país, bem como atendendo à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe, inerentes à atividade rural.

A Companhia manteve contrato de prestação de serviços para a execução de atividades relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) junto à União, representada pela Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SE-CAMEX), com vigência até abril de 2023.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (estatuto jurídico da empresa pública) e de deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis, e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira.

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de demonstração intermediária, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da NBC TG 21 (R4) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da Resolução CVM nº 102, de 20 de maio de 2022.

A emissão destas Demonstrações Contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 21 de agosto de 2023.

2.1 Base de preparação das informações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no

processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado ao contrário.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional, a Administração considera qual a moeda influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$).

2.3 Normas e Interpretações Novas e Revisadas

NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16), aprovou o CPC 06 (R2)

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O pronunciamento alterou de maneira substancial a contabilidade das entidades arrendatárias.

O CPC 06 (R2) foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários, Resolução CVM nº 095, de 20 de maio de 2022, e pela NBC TG 06 (R3) do CFC.

Informamos a seguir os efeitos da aplicação da norma no primeiro semestre de 2023 e no exercício de 2022, respectivamente, conforme a seguir:

(Valores expressos em reais)

	30/06/2023	Ajustes	30/06/2023 Ajustado	31/12/2022	Ajustes	30/06/2022 Ajustado
ATIVO CIRCULANTE	322.395.647	-	322.395.647	328.915.115	-	328.915.115
Disponível	308.246.305	-	308.246.305	322.451.130	-	322.451.130
Títulos e Créditos a Receber	13.835.140	-	13.835.140	6.348.418	-	6.348.418
Despesas Antecipadas	314.202	-	314.202	115.567	-	115.567
ATIVO NÃO CIRCULANTE	361.263	647.166	1.008.429	556.633	1.021.209	1.577.842
Créditos de Longo Prazo	-	-	-	25.253	-	25.253
Arrendamentos	-	647.166	647.166	-	1.021.209	1.021.209
Parcela Depreciável	-	2.329.058	2.329.058	-	2.291.019	2.291.019
Custos de Instalação	-	1.171.960	1.171.960	-	1.171.960	1.171.960
Desimobilização	-	585.980	585.980	-	585.980	585.980
Multa Contratual	-	823	823	-	17.282	17.282
(-) Depreciação Acumulada	-	(3.440.657)	(3.440.657)	-	(3.045.034)	-3.045.034
Investimentos	92.595	-	92.595	86.531	-	86.531
Imobilizado	253.453	-	253.453	413.424	-	413.424
Intangível	15.215	-	15.215	31.425	-	31.425
TOTAL DO ATIVO	322.756.910	647.166	323.404.076	329.471.748	1.021.209	330.492.957

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

PASSIVO CIRCULANTE	7.670.076	-	7.670.076	7.949.802	-	7.949.802
Contas a Pagar	7.670.076	-	7.670.076	7.949.802	-	7.949.802
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	14.072	-	650.254	383.990	-	1.332.902
CONTAS A PAGAR	14.072	-	14.072	383.990	-	383.990
Obrigações por Contrato de Leasing	-	636.182	636.182	-	948.912	948.912
Principal	-	49.021	49.021	-	334.993	334.993
Juros a apropriar	-	357	357	-	10.656	10.656
Provisão para desmobilização	-	585.980	585.980	-	585.980	585.980
Multa Contratual	-	823	823	-	17.282	17.282
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	315.072.762	10.984	315.083.746	321.137.956	72.297	321.210.253
Capital Social	296.337.788	-	296.337.788	296.337.788	-	296.337.788
Reserva Legal	6.754.249	-	6.754.249	6.754.249	-	6.754.249
Reserva Especial de Lucros	-	-	-	18.022.606	-	18.022.606
Lucros/Prejuízos Acumulados	11.953.410	-	11.953.410	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	27.315	10.984	38.299	23.313	72.297	95.610
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	322.756.910	10.984	323.404.076	329.471.748	72.297	330.492.957

3 Práticas Contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.3 Imobilizado e Intangível

Os itens do imobilizado e intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação ou amortização e da perda decorrente da redução do valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A depreciação e a amortização são calculadas com base no método linear para alocação de custos e de acordo com a vida útil ou benefício esperado estimado.

3.4 Contas a pagar/Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente e obedecido o regime de competência.

3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.6 Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.7 Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

A ABGF está sujeita à tributação com base no Lucro Real Anual. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro real tributável anual excedente a R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais), e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a respectiva base de cálculo.

A apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é apurado com base em balancetes mensais de suspensão ou redução, utilizando-se a base de cálculo do Lucro Real antes da compensação e prejuízos fiscal, quando houver, ajustados pelas adições e exclusões. Assim, para determinação do lucro real e respectivos tributos diretos efetivos (Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017).

Na ocorrência de resultado tributável, os valores retidos por nossos clientes são compensados até o limite do saldo retido de cada tributo isoladamente e, o que exceder, é compensado com créditos tributários de uma mesma autoridade tributária em exercícios subsequentes.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os itens 71 a 76 da NBC TG 32 (R4) tratam da compensação de saldos entre ativos e passivos fiscais, para fins de apresentação no Balanço Patrimonial da Companhia. Devem ser compensados os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes quando existir o direito legal de compensação e houver a pretensão da empresa em liquidar os saldos simultaneamente.

3.8 Reconhecimento de receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade e é apresentada líquida de cancelamentos.

3.9 Ativos e Passivos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, na forma da NBC TG 48 do Conselho Federal de Contabilidade, os procedimentos para registro, controle e divulgação dos ativos e passivos financeiros sofreram modificações relevantes.

3.9.1 Ativos Financeiros

Para classificação dos ativos financeiros, são avaliadas as características dos ativos, o fluxo de caixa contratual e o modelo de negócios da Companhia para gestão desses ativos, podendo ser mensurados ao (i) custo amortizado, ao (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao (iii) valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja mantê-los com vistas a receber os fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ao invés de mensurar os investimentos ao valor justo por meio do resultado, no reconhecimento inicial, a Companhia pode efetuar uma escolha irrevogável para investimentos específicos em instrumento patrimonial e mensurá-los ao valor justo apropriado em outros resultados abrangentes.

3.9.2 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado e nossos contratos de garantia financeira, quando vierem a ser contratados, serão mensurados pelo maior valor entre o valor da provisão para perdas e o valor inicialmente reconhecido, deduzido do valor da receita com os prêmios recebidos antecipadamente.

3.10 Ativos patrimoniais – cotas de fundos garantidores

A ABGF aplicou, por analogia e de forma antecipada, a norma relativa a instrumentos financeiros (NBC TG 48) para mensuração e contabilização dos instrumentos patrimoniais

relativos à sua participação como cotista de fundos garantidores. Com base em estudos, concluiu-se que esses investimentos da ABGF em cotas de fundos garantidores devam ser mensurados pelo valor patrimonial (equivalente ao valor justo) por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios para gestão desses ativos determina que a ABGF tenha como objetivo a manutenção das cotas de fundos garantidores com a principal finalidade de lastro para prestação de garantias indiretas, recebendo seus fluxos de caixa somente em caso de resgate de cotas, quando não comprometidas com garantias.

As variações dos valores das cotas são registradas em outros resultados abrangentes, líquidas dos efeitos tributários.

3.11 Remuneração de Capital

A política atual da ABGF consiste em pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos equivalentes a 25% sobre o lucro líquido ajustado, em base anual. Dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo e deduzidos do Patrimônio Líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração. A partir de 2019 a Assembleia Geral de Acionistas deliberou pela distribuição integral dos resultados sob a forma de dividendos.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

5 Caixa e equivalentes de caixa

		30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Caixa e Bancos	(i)	4.581	4.435	3,3%
Aplicações Financeiras	(ii)	308.241.724	322.446.695	-4,4%
		308.246.305	322.451.130	-4,4%

- (i) O valor registrado refere-se a saldo remanescente para débitos de tarifas pelo Banco do Brasil e valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (suprimento de fundos), de acordo com norma interna da ABGF e legislação federal aplicável;
- (ii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no BB PARANOÁ Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Curto Prazo. Esse Fundo tem liquidez imediata. A redução de 4,4% decorre, principalmente, do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio e de Dividendos ocorrida em abril/2023.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

A seguir, demonstrativo da composição e diversificação da carteira do BB PARANOIA FIC FI CURTO PRAZO com posição em 30/06/2023.

(valor em milhares de reais)

Aplicações – especificação	Quantidade	Mercado / realização
Cotas de fundo de investimento:		
BB Top Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	256.912.656	308.242
Total do Ativo		308.242
Valores a Pagar		4
Patrimônio Líquido		308.238
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		308.242

6 Títulos e Créditos a Receber

A ABGF presta serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SE-CAMEX), e por outorga legal ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), e ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE).

Os clientes a seguir são classificados como Partes Relacionadas.

	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Partes Relacionadas:			
SE-CAMEX (FGE) (i)	-	1.055.969	-100,0%
FESR (ii)	365.989	338.957	8,0%
FGIE (iii)	308.670	634.452	-51,3%
	674.659	2.029.378	-66,8%

- (i) Valor a receber da SE-CAMEX, referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE no mês de encerramento do período reportado e do mês anterior. A redução é decorrente da renegociação em andamento visando o reajustamento necessário para o reequilíbrio do contrato, vencido em abril/2023;
- (ii) Valor refere-se à administração do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural no mês de encerramento do respectivo período analisado, que são recebidos no mês subsequente. Remuneração devida conforme Decreto nº 9.078, de 2017. A variação positiva de 8,0% decorre do registro da diferença de remuneração à administradora em virtude do recálculo da média dos prêmios emitidos;
- (iii) Valor a receber do FGIE relativo à administração do Fundo do mês de encerramento dos respectivos períodos. A expressividade dos valores a receber decorre, em cada período, de pendência de deliberação da Assembleia de Cotistas sobre a proposta de orçamento para pagamento dos serviços prestados. Os valores pendentes em dezembro/2022 foram integralmente recebidos em janeiro/2023.

7 Tributos a recuperar/compensar

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade, itens 71 e 72, a Companhia reconhece e mensura separadamente os ativos fiscais (tributos a recuperar) e passivos fiscais (tributos a recolher).

O Quadro abaixo demonstra a composição dos impostos e contribuições a compensar/recuperar, incluindo os tributos retidos pela ABGF por ocasião dos serviços prestados:

		30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
CSRF retida na fonte por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	4.278	16.305	-73,8%
IRRF por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	20.535	78.266	-73,8%
Saldo Negativo de CSLL	(ii)	271.548	255.406	6,3%
Saldo Negativo de IRPJ	(ii)	4.156.630	3.909.547	6,3%
IRPJ e CSLL pagos antecipadamente	(iii)	8.336.721	-	100,0%
Outros tributos e contribuições a Recuperar	(iv)	15.615	59.515	-73,8%
Total dos Tributos a Recuperar		12.805.327	4.319.040	196,5%

- (i) O saldo das rubricas CSRF/IRRF refere-se às retenções efetuadas pela apropriação das Notas Fiscais emitidas em junho/2023, e que ainda não foram pagas à ABGF;
- (ii) Os saldos negativos de IRPJ e CSLL é o resultado do excedente dos recolhimentos antecipados e as retenções na fonte, apurado pelo Lucro Real e com o livro de apuração da Contribuição Social sobre o lucro do exercício anterior. O art. 161-A da Instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, estabelece que os saldos negativos de IRPJ e de CSLL somente poderão ser restituídos ou compensados após a confirmação da transmissão da ECF pela RFB, que ocorre em 31 de julho do ano subsequente. O aumento do saldo negativo IRPJ/CSLL, é decorrente das atualizações monetárias efetuadas com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) no primeiro semestre de 2023;
- (iii) O valor refere-se ao pagamento mensal do IRPJ e CSLL antecipados com base em balancetes de redução, os quais serão ajustados ao final do exercício na apuração do lucro real;
- (iv) Outros tributos a recuperar referem-se ao PIS e COFINS retidos na fonte sobre os serviços prestados.

8 Outros créditos

		30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Adiantamento a Funcionários/Dirigentes	(i)	316.249	-	100,0%
Depósito Judicial	(ii)	38.905	-	100,0%
		355.154	-	100,0%

- (i) Refere-se ao adiantamento do décimo terceiro salário ocorrido no mês de maio/2023, cujo valor será baixado na ocasião do pagamento da segunda parcela em dezembro/2023;
- (ii) Refere-se ao Depósito Judicial reclassificado do longo para o curto prazo devida a eminência do pagamento da demanda, conforme decisão condenatória do TRT da 1ª Região.

9 Despesas Antecipadas

		30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
IPTU		22.677	-	100,0%
Outros Custos e Despesas Pagos Antecipadamente		291.525	115.567	152,3%
		314.202	115.567	171,9%

As despesas antecipadas referem-se a valores pagos antecipadamente, cujos benefícios esperados fluirão em período futuro, como despesas com IPTU, licença de softwares e seguros.

10 Créditos de Longo Prazo

A partir do terceiro trimestre/2022, em razão da ação judicial tramitada na 16ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, a Companhia efetuou Depósito Judicial visando garantir recurso de revista nos termos do art. 899, § 2º e demais parágrafos da CLT.

	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Depósito Judicial (i)	-	25.253	-100,0%
	-	25.253	-100,0%

- (i) O depósito judicial é vinculado ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança. O valor foi reclassificado do longo para o curto prazo devida a eminência do pagamento da demanda, conforme decisão condenatória do TRT da 1ª Região.

11 Investimentos em Fundos Garantidores

A ABGF mantém participação estatutária de 0,01% do PL do FGIE (art. 4º do Estatuto do Fundo). As cotas dos fundos garantidores são avaliadas pelo seu valor patrimonial, que é o valor justo.

(a) Informação dos investimentos da ABGF e respectiva participação

Investimento	Informações dos Investimentos (i)			Participação (%) da ABGF em Cotas	Saldo do Investimento
	Patrimônio Líquido	Resultado do período	PL Ajustado		
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	864.509.732	60.567.147	925.076.879	0,010009%	92.595
					92.595

- (i) Informações do Patrimônio Líquido total para o mês de junho/2023.

(b) Movimentação da participação

Investimento	2022	Aportes em 2023	Valorização/Desvalorização	2023
FGIE	86.531	-	6.064	92.595
	86.531	-	6.064	92.595

(c) Composição do Ajuste a Valor Justo das Cotas em Fundos Garantidores

Em conformidade com a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, os rendimentos auferidos pelos fundos garantidores não se sujeitam à incidência de imposto de renda na fonte, devendo integrar a base de cálculo dos impostos e contribuições devidos pelos cotistas quando houver o resgate de cotas, total ou parcial, ou na dissolução do fundo.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Investimento	Ajustes Acum. 2023	Tributos - IRPJ e CSLL (34%)	Ajustes Líquidos dos Tributos
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	41.387	14.072	27.315
	41.387	14.072	27.315

12 Ativos Imobilizado e Intangível

12.1 Ativo Imobilizado

(a) Composição do Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	30/06/2023	31/12/2022
Mobiliário em Geral	10% a 20%	356.272	(221.035)	135.237	152.537
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10% a 20%	179.722	(171.104)	8.619	11.088
Equipamentos de Informática e Software	20% a 40%	1.784.478	(1.766.581)	17.896	54.423
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10% a 20%	1.171.960	(1.105.257)	66.703	183.902
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	10% a 20%	47.480	(37.758)	9.722	11.474
Outras Imobilizações em Andamento	0%	15.277	-	15.277	-
		3.555.188	(3.301.735)	253.453	413.424

(b) Movimentação do Custo

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2023
Mobiliário em Geral	356.272	-	-	-	356.272
Máqs, Instalações e Utensílios de Escritório	179.722	-	-	-	179.722
Equipamentos de Informática e Software	1.784.478	-	-	-	1.784.478
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.171.960	-	-	-	1.171.960
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	47.480	-	-	-	47.480
Outras Imobilizações em Andamento	-	15.277	-	-	15.277
	3.539.912	15.277	-	-	3.555.188

(c) Movimentação da Depreciação/Amortização Acumulada

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2023
Mobiliário em Geral	203.735	17.300	-	-	221.035
Máqs, Instalações e Utensílios de Escritório	168.634	2.469	-	-	171.103
Equipamentos de Informática e Software	1.730.055	36.526	-	-	1.766.581
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	988.059	117.198	-	-	1.105.257
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	36.006	1.752	-	-	37.758
	3.126.489	175.245	-	-	3.301.734

12.2 Ativo Intangível

No Ativo Intangível estão apropriados os softwares de uso pela ABGF.

(a) Composição do Intangível

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	30/06/2023	31/12/2022
Software	20%	341.200	(325.985)	15.215	31.425
		341.200	(325.985)	15.215	31.425

(b) Movimentação do custo

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2023
Software	341.200	-	-	-	341.200
	341.200	-	-	-	341.200

(c) Movimentação da amortização Acumulada

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2023
Software	309.775	16.210	-	-	325.985
	309.775	16.210	-	-	325.985

13 Obrigações a Pagar

	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Telefone, Energia e Internet	12.756	11.831	7,8%
Aluguéis e Condomínios	49.378	66.699	-26,0%
Salários a Pagar	74.878	34.409	117,6%
Serviços terceirizados	10.248	20.283	-49,5%
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (i)	-	6.007.535	-100,0%
Outros Fornecedores	248.839	97.787	154,5%
	396.099	6.238.544	-93,7%

- (i) Em abril/2023, a ABGF distribuiu à União os juros sobre capital próprio (JCP) imputados aos dividendos obrigatórios e dividendos adicionais do exercício de 2022. A Companhia não faz apuração periódica da remuneração ao acionista.

14 Impostos e Encargos Sociais a Recolher

	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Previdência Social de Funcionários	205.768	186.202	10,5%
FGTS a Recolher	56.080	74.320	-24,5%
IRRF sobre a Folha a Recolher	152.205	247.086	-38,4%
Contribuição Social a Recolher	182.577	-	100,0%
Impostos Retidos de Fornecedores	41.489	15.950	160,1%
	638.119	523.558	21,9%

15 Encargos Trabalhistas

	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Provisão para Férias	772.688	751.770	2,8%
Provisão para 13º Salário	299.560	-	100,0%
Encargos Sociais sobre Provisões	334.541	234.552	42,6%
Encargos trabalhistas	1.406.789	986.322	42,6%

16 Impostos e Contribuições

Os saldos indicados compõem-se dos tributos incidentes sobre o faturamento da Companhia. Os impostos e contribuições diferidos referem-se aos impostos (IRPJ e CSLL) incidentes sobre a variação das cotas mantidas no FGIE.

		30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Provisão Imposto de Renda	(i)	3.378.832	-	100,0%
Provisão Contribuição Social	(i)	1.242.053	-	100,0%
COFINS a Recolher		146.262	168.010	-12,9%
PIS/Pasep a Recolher		24.583	28.856	-14,8%
Outros Impostos e Taxas		9.817	4.512	117,6%
Impostos e Contribuições - Curto Prazo		4.801.547	201.378	2284,3%
Provisão Imposto de Renda Diferida		10.347	8.831	17,2%
Provisão Contribuição Social Diferida		3.725	3.179	17,2%
Impostos e Contribuições - Longo Prazo	(ii)	14.072	12.010	17,2%
Total de Tributos		4.815.619	213.388	2156,7%

- (i) A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do 1º semestre de 2023 foi calculada com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva anual esperada para o exercício social completo, conforme NBC TG 21 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade e CPC 21 (R1) do Comitê de Pronunciamento Contábeis. Para o período reportado, a alíquota média efetiva utilizada foi de 27,88%.

Lucro Líquido antes do IRPJ e CSLL			16.574.295
	IRPJ	CSLL	TOTAL
Alíquotas efetivas estimadas (CPC 21)	20,39%	7,49%	27,88%
Tributos sobre o lucro	3.378.832	1.242.053	4.620.885

17 Patrimônio Líquido

A seguir a composição do Patrimônio Líquido da Companhia:

	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Capital Subscrito	296.337.788	296.337.788	-
Reserva Legal	6.754.249	6.754.249	-
Reserva Especial de Lucros (i)	-	18.022.606	-100,0%
Lucro Líquido do Período Intermediário	11.953.410	-	100,0%
Outros Resultados Abrangentes	27.315	23.313	17,2%
	315.072.762	321.137.956	-1,9%

(i) Em abril/2023, a ABGF distribuiu de forma integral à União os dividendos adicionais dos resultados obtidos no exercício de 2022.

(a) Capital social

O Capital Social da ABGF é de R\$ 296.337.788 (duzentos e noventa e seis milhões, trezentos e trinta e sete mil e setecentos e oitenta e oito reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, e é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias sem valor nominal, com valor unitário de R\$ 5.926,76/por ação.

(b) Resultado do 1º semestre de 2023

O resultado do 1º semestre de 2023 foi de R\$ 16.574.295, antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social, e de R\$ 15.424.366, no 1º semestre de 2022, apresentando um acréscimo de 7,5%. Quando comparado com o mesmo período de 2022, verifica-se que a receita operacional líquida com prestação de serviços reduziu em 23,9%, decorrente da suspensão temporária do contrato com a SE-CAMEX, cuja repactuação visando o reequilíbrio do contrato se encontra em andamento. Já o resultado financeiro líquido teve aumento de 24,2%, se comparados com o mesmo período de 2022, decorrente, principalmente, do aumento da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

A ABGF registrou lucro líquido de R\$ 11.953.410 no 1º semestre de 2023 e R\$ 11.151.356 no mesmo período de 2022, apresentando aumento de 7,19% em relação ao período anterior. O lucro por ação foi de R\$ 239,07 (R\$ 223,03 no 1º semestre de 2022).

A seguir a composição dos resultados do período de 03 (três) e 06 (seis) meses, findos em 30 de junho de 2023 e 2022:

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Serviços Prestados	7.998.818	10.510.618	2.760.999	5.243.017
(-) Tributos sobre o Faturamento	(1.139.831)	(1.497.763)	(393.442)	(747.130)
Receita Líquida de Serviços	6.858.987	9.012.855	2.367.557	4.495.887
Resultado Financeiro Líquido	19.143.729	15.410.594	9.549.225	8.480.024
RECEITAS TOTAIS	26.002.716	24.423.449	11.916.782	12.975.911
(-) Despesas Operacionais	(9.428.421)	(8.999.083)	(5.029.853)	(5.027.453)
RESULTADO DO PERÍODO (antes de IRPJ e CSLL)	16.574.295	15.424.366	6.886.929	7.948.458
IRPJ e CSLL	(4.620.885)	(4.273.010)	(2.536.614)	(2.201.960)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	11.953.410	11.151.356	4.350.315	5.746.498

(c) Outros Resultados abrangentes

A ABGF registra os investimentos em cotas de fundos garantidores em Ativo Não Circulante avaliados a valor justo com reflexo em Outros Resultados Abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

A composição de Outros Resultados Abrangentes do Patrimônio Líquido, posição em 30/06/2023 e 31/12/2022, e as respectivas variações são as que seguem:

	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura	27.315	23.313	17,2%
	27.315	23.313	17,2%

(d) Resultado Abrangente do período

A composição de Outros Resultados Abrangentes do período de 03 (três) e 06 (seis) meses, findos em 30 de junho de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
FGIE – Fundo Gar. de Infraestrutura	4.002	3.374	1.541	1.438
	4.002	3.374	1.541	1.438

18 Receita de Serviços

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços à União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SE-CAMEX), e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

A seguir quadro demonstrativo das receitas da Companhia e respectivas deduções:

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Receita Operacional Bruta	7.998.819	10.510.618	2.760.999	5.243.017
SE-CAMEX (FGE)	4.937.321	7.241.305	1.234.330	3.661.821
FGIE	494.657	508.398	243.249	200.737
FESR	2.566.841	2.760.915	1.283.420	1.380.459
(-) Deduções da Receita	(1.139.832)	(1.497.763)	(393.442)	(747.130)
COFINS	(607.910)	(798.807)	(209.836)	(398.469)
PIS/Pasep	(131.981)	(173.425)	(45.556)	(86.510)
ISS	(399.941)	(525.531)	(138.050)	(262.151)
Receita Operacional Líquida	6.858.987	9.012.855	2.367.557	4.495.887

19 Custos dos Serviços Prestados

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para o FGE, por meio da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SE-CAMEX), para o FGIE e para o FESR.

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Custos com Pessoal	5.965.645	5.415.992	3.251.773	3.049.442
Custos administrativos	1.071.739	1.048.311	663.050	685.069
Gastos alocados aos serviços prestados (i)	7.037.384	6.464.303	3.914.823	3.734.511

(i) Os custos alocados refletem as despesas de pessoal e administrativas constantes das Notas 20 e 19.

20 Despesas Administrativas por Natureza

A redução de 20,2% nas despesas administrativas do 1º semestre de 2023 decorre, principalmente, da diminuição de contratação de novos serviços com terceiros e viagens e representações.

A seguir todos os gastos administrativos da Companhia por natureza, incluindo as despesas e os custos dos serviços prestados.

		Semestre findo em		Trimestre findo em		Var. 1º sem 2023/2022	Var. 2º trim 2023/2022
		30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022		
Viagens e Representações	(i)	2.406	5.976	1.752	5.976	-59,7%	-70,7%
Serviços de Terceiros	(ii)	176.785	270.289	111.423	241.355	-34,6%	-53,8%
Ocupação	(iii)	411.960	404.551	218.477	204.453	1,8%	6,9%
Créditos tributário PIS/Pasep e COFINS	(iv)	(49.114)	(54.663)	(24.375)	(27.185)	-10,2%	-10,3%
Depreciação/amortização		191.457	266.061	93.809	132.535	-28,0%	-29,2%
Despesas Gerais	(v)	517.977	564.041	293.131	312.488	-8,2%	-6,2%
Total das despesas administrativas		1.251.471	1.456.255	694.217	869.622	-14,1%	-20,2%
Gastos apropriados ao CUSTO dos serviços prestados (nota 18)		1.071.739	1.048.311	663.050	685.069	2,2%	-3,2%
Despesas Administrativas		179.732	407.944	31.167	184.553	-55,9%	-83,1%

- (i) A rubrica “Viagens e Representações” registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF para viagens em serviço e, ainda, a conselheiros quando relacionados a viagens de interesse da Companhia;
- (ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, treinamento e capacitação, assinatura de periódicos e outras prestações de serviços;
- (iii) As despesas com Ocupação referem-se ao aluguel e despesas com condomínio e serviços terceirizados de limpeza e conservação;
- (iv) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep e da COFINS. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas permitidas pelas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003.
- (v) Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras.

21 Despesas com Pessoal por Natureza

No 1º semestre de 2023, os gastos totais com pessoal apresentaram aumento de 6,2% se comparados com o mesmo período do exercício anterior. Os gastos com empregados aumentaram em 7,3% e os gastos com cargos estatutários, Diretores e Conselheiros reduziram 0,3% em relação ao 1º semestre de 2022.

O aumento das despesas com funcionários decorre, principalmente, da adequação do quadro funcional da Companhia com novas contratações e pelo reajuste salarial decorrente do acordo coletivo de trabalho de 2023, promovidas no primeiro semestre de 2023.

Já o acréscimo verificado nas despesas de diretores e conselheiros no primeiro semestre de 2023, decorre da movimentação de readequação do quadro de conselheiros fiscais.

	Semestre findo em		Trimestre findo em		Variação %	Variação %
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	1º sem 2023/2022	2º trim 2023/2022
Empregados:						
Salários, Encargos e Benefícios	6.102.391	5.687.894	3.328.692	3.175.645	7,3%	4,8%
Salários e Ordenados	3.504.951	3.233.911	1.878.070	1.777.291	8,4%	5,7%
Encargos Sociais	1.093.794	1.004.863	585.792	550.689	8,9%	6,4%
Provisões Trabalhista e Previdenciária	1.027.677	979.667	600.819	584.211	4,9%	2,8%
Benefícios Empregados	470.504	463.900	259.824	259.081	1,4%	0,3%
Saúde e Segurança do Trabalho	5.465	5.553	4.187	4.373	-1,6%	-4,3%
Diretoria e Conselhos:						
Honorários, Encargos e Benefícios	1.094.593	1.091.010	523.711	552.224	0,3%	-5,2%
Honorários do Conselho de Administração	111.110	106.326	57.948	53.163	4,5%	9,0%
Honorários do Conselho Fiscal	83.333	62.023	43.461	35.442	34,4%	22,6%
Honorários do Comitê de Auditoria Estatutária	147.350	159.489	67.605	79.744	-7,6%	-15,2%
Honorários da Diretoria Executiva	517.021	489.172	242.273	244.586	5,7%	-0,9%
Encargos Sociais Sobre Honorários	127.849	172.679	62.220	87.669	-26,0%	-29,0%
Provisão Trabalhista e Previdenciária	57.447	54.973	26.919	27.486	4,5%	-2,1%
Benefícios Diretor	50.483	46.348	23.285	24.134	8,9%	-3,5%
Total dos gastos com pessoal	7.196.984	6.778.904	3.852.403	3.727.869	6,2%	3,3%
Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados (NE 18)	5.965.645	5.415.992	3.251.773	3.049.442	10,1%	6,6%
Despesas com pessoal	1.231.339	1.362.912	600.630	678.427	-9,7%	-11,5%

A ABGF reembolsa às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de origem dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos.

Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

22 Partes relacionadas

(a) Controlador

O controlador da ABGF é a União, que detém a totalidade do capital social da Companhia.

(b) Operações com administradores

As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria são submetidas à avaliação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que por sua vez submete à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

A ABGF reembolsa aos órgãos cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais dos Diretores Executivos cedidos.

(c) Reembolso de diretores cedidos

O Diretor Administrativo e Financeiro é cedido pelo Ministério da Fazenda e possui mandato até 28.10.2023.

(d) Transações com partes relacionadas

A ABGF possui transações com partes relacionadas, entendidos os serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SE-CAMEX), ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). O resultado e as operações com partes relacionadas constam das Notas 6 e 18.

Adicionalmente a ABGF mantém depósitos à vista e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme Nota 5.

23 Despesas Tributárias

		Semestre findo em		Trimestre findo em		Variação %	Variação %
		30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	1º sem 2023/2022	2º trim 2023/2022
CIDE	(i)	5.424	5.428	5.424	5.428	-0,1%	-0,1%
Impostos e Taxas diversas	(ii)	17.054	11.173	17.054	11.173	52,6%	52,6%
IPTU e Taxas de Incêndio	(iii)	22.677	14.266	8.410	14.266	59,0%	-41,1%
PIS/Pasep e COFINS	(iv)	934.811	733.057	452.345	399.095	27,5%	13,3%
Total		979.966	763.924	483.233	429.962	28,3%	12,4%

- (i) Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessas ao exterior para pagamento de serviços adquiridos pela Companhia, conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000;
- (ii) Refere-se a tributos incidentes sobre a importação de serviços, operações financeiras em remessas ao exterior de serviços adquiridos, além de outras taxas diversas;
- (iii) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel Unidade da ABGF em Brasília. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência;
- (iv) PIS/Pasep e COFINS sobre operações de seguros de crédito à exportação, cujas alíquotas são de 1,65% e 7,60% respectivamente, e sobre as receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4,0%, respectivamente, estabelecidas por meio do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015;

24 Resultado Financeiro Líquido

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundo de investimento administrado pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 5.

O saldo de Juros Ativos representa o acréscimo dos tributos compensados no período, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulados mensalmente, e de juros de 1% (um por cento) no mês da compensação, conforme previsão do art. 148 da Instrução Normativa RFB nº 2055, de 06 de dezembro de 2021.

As Despesas Financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF, e inclui atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos em abril/2023.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

O Resultado Financeiro líquido da Companhia está demonstrado no quadro a seguir:

	Semestre findo em		Trimestre findo em		Variação %	Variação %
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	1º sem 2023/2022	2º trim 2023/2022
Rendimentos de aplicações financeiras	19.840.230	15.569.008	9.597.545	8.496.382	27,4%	13,0%
Juros ativos	263.225	195.659	130.296	86.310	34,5%	51,0%
	20.103.455	15.764.667	9.727.841	8.582.692	27,5%	13,3%
Despesas financeiras	(959.726)	(354.073)	(178.616)	(102.668)	171,1%	74,0%
Resultado Financeiro líquido	19.143.729	15.410.594	9.549.225	8.480.024	24,2%	12,6%

25 Compromissos, Responsabilidades e Contingências

Os passivos contingentes são provisionados quando a obrigação presente tenha sido classificada com a existência provável de saída de recursos para sua liquidação (CPC 25).

Em 30 de junho de 2023, existiam ações judiciais/administrativas em curso promovidas conta a Companhia, sendo sua maioria referente a pedido de indenização com fulcro no Seguro DPEM, decorrentes de morte ou incapacidade permanente, amparadas pela Lei nº 13.313, de 14 de julho de 2016.

A Companhia após a tomada de ciência da existência de contencioso em que se configure na parte passiva da demanda, avalia individualmente cada demanda promovendo sua classificação e, sendo considerada provável, constitui provisão de 100% do montante de saída de caixa esperado.

Dentre as ações contra a Companhia estão classificadas como provável e provisionado o valor de R\$ 427,5 mil. Em virtude da eminência do pagamento da condenação, a provisão registrada no longo prazo foi reclassificada para o curto prazo.

26 Eventos Subsequentes

O contrato com a SE-Camex, essencial para a continuidade operacional da ABGF, teve sua vigência expirada em abril/2023. O contrato foi renovado em 10/07/2023, e terá vigência até julho de 2024.

O único processo judicial classificado como provável foi encerrado em julho/2023, com a reversão da provisão e do depósito em favor da autora.

OCTAVIO LUIZ
BROMATTI:03332
987801

Assinado de forma digital por
OCTAVIO LUIZ
BROMATTI:03332987801
Dados: 2023.09.01 11:29:00
-03'00'

Octávio Luiz Bromatti
Presidente



Brasília (DF), 30 de junho de 2023.

Documento assinado digitalmente
FABIANO MAIA PEREIRA
Data: 01/09/2023 10:24:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fabiano Maia Pereira
Diretor Administrativo e Financeiro

LUIZ CARLOS E
SILVA:26704196153

Assinado de forma digital por LUIZ
CARLOS E SILVA:26704196153
Dados: 2023.08.16 15:26:09 -03'00'

Luiz Carlos e Silva

Contador
CRC DF 013. 783/O-8